

“É bom ser refém do Congresso Nacional”

O presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu ontem, em sua primeira entrevista coletiva à imprensa, a condição de “refém voluntário” do Congresso Nacional, poder com o qual pretende negociar intensamente todas as ações do governo. Segundo o presidente, o governo pode fazer várias coisas sem o Congresso, mas é bom que se façam muitas coisas com o Congresso. “É bom ser refém do Congresso. É um local muito agradável”, afirmou. Ele admitiu que o governo encontrará algumas dificuldades e terá que administrar resistências diante de algumas ações, fato que classificou como estimulante. “Se não fosse difícil, que graça teria ser presidente da República”, disse Fernando Henrique Cardoso.

Para provar que o governo pode lançar várias ações sem a participação do Congresso, ele lembrou que sua equipe vem atuando com independência nas áreas de educação e saúde, exigindo não só quantidade, mas, principalmente, a qualidade dos serviços. Entre as medidas já concretizadas, Fernando Henrique citou a transferência dos recursos gerados pelo salário educação diretamente para as escolas e a criação da TV interativa para o treinamento/perfeccionamento dos profissionais de ensino, informou a Agência Brasil.

Fernando Henrique garantiu que a decisão de nomear três líderes do governo para atuar no Congresso não se deve a uma simples acomodação de forças partidárias, e sim à importância de uma maior aproximação entre os dois poderes. “Os líderes serão peças fundamentais no canal de comunicação com o Congresso”, afirmou, acrescentando não entender os motivos das críticas: “Antes reclamavam da falta de canais, agora estão reclamando porque tem canal demais”.

O presidente voltou a criticar os setores que classificam seu governo de neoliberal devido à aproximação com o PFL. Segundo Fernando Henrique, esta afirmação é um “nhem-nhenhen”, pois não tem tradução prática, situando-se na pura ideologia. O presidente lembrou que no Brasil o neoliberalismo é associado à abertura total do Estado ao mercado, fato que não ocorrerá no País.

Sintonia deve fortalecer política econômica

O presidente Fernando Henrique Cardoso, após seu discurso, concedeu entrevista coletiva, ontem, no Palácio do Planalto. Esta é a íntegra oficial:

Agora, na segunda parte, o presidente Fernando Henrique responderá às perguntas dos jornalistas. O Comitê de Imprensa do Palácio do Planalto sorteou vinte veículos de comunicação, sendo uma revista, três emissoras de rádio, quatro emissoras de televisão, cinco agências de notícias internacionais e sete jornais. Cada jornalista terá direito a uma pergunta.

O primeiro veículo sorteado foi o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).

Jornalista: Bom dia, presidente. Mônica Waldvogel. Críticos do governo, tanto de partidos da base governista quanto da oposição, vêm dizendo que o discurso governamental está concentrado demais nessa questão das reformas constitucionais e que há certas áreas de governo que dependem mais de ações de gerência que não estão sendo bem cuidadas. Uma prova disso é que uma recente pesquisa mostrou que a principal preocupação da

população ainda é saúde e educação, que dependem menos hoje das reformas e mais de ações de gerência. Ações mais eficazes em áreas como essas, nervosas para a população podem ser esperadas agora, depois que se encerra essa fase de remessa das reformas ao Congresso, ou só depois que as reformas forem aprovadas?

Presidente: Pois não. Não são os críticos, não. O presidente é quem tem dito isso. Eu acho que ao lado das reformas existe todo um caminho de gerenciamento de governo e que há muitas matérias que não são atinentes à reforma constitucional, mas são de gestão. Eu concordo com isso.

Só que, claro, as reformas são importantes para facilitar. Tomemos o caso da saúde: hoje, a Previdência Social ocupa praticamente todos os recursos das contribuições sociais, ou quase todos - Cofins ainda vai para a saúde. Ora, isso diminuiu muito a nossa capacidade de atendimento. Então, as reformas são importantes também para isto.

Agora, com relação à educação: nós já tomamos medidas. Se se recordarem, eu já participei de três eventos, e eventualmente de mais um, para mostrar o que nós vamos fazer na educação e o que já estamos fazendo. Não é para depois, é já. O ministro da Educação tem um plano claro sobre o que fazer.

Ainda ontem, fiz um discurso para os reitores da Ordem do Brasil, do CRUB. Lhes disse que nós vamos modificar o relacionamento do Ministério da Fazenda com as universidades. Estamos pensando em autonomia financeira, que é uma coisa importante, porque nós queremos que as universidades assumam as responsabilidades dos gastos e não simplesmente transferis-las para o Tesouro.

Nós alteramos o modo pelo qual o Ministério da Educação se relaciona, por exemplo, com o salário-educação, que vai ser distribuído diretamente às escolas - fato único, nunca houve -, diretamente às escolas, porque a escola, a comunidade sabe melhor o que fazer do dinheiro do que os canais burocráticos.

Nós autorizamos que a distribuição do livro escolar e a escolha do livro escolar em Minas Gerais sejam feitas diretamente pela autoridade regional. Vamos fazer o mesmo no Paraná. Estamos preparando, portanto, um avanço, que já vinha da gestão anterior, na distribuição dos livros escolares.

São coisas que já estão feitas. Nós estamos alterando, ou pelo menos, dando instruções no que diz respeito ao currículo básico. E, sobretudo, nós estamos criando o Sistema de Televisão Educativa à Distância, portanto, educação à distância, que não é para escola, é para o professor. Porque a questão fundamental do ensino básico, que não é afeto a nós diretamente o ensino básico, diz respeito ao treinamento do professor. E nós estamos instituindo esse sistema, com muito empenho, pelo dr. Roberto Murylaert, que está preparando junto com o ministro Paulo Renato de Souza.

O governo federal não tem responsabilidade direta sobre o pagamento de salário de professores primários, mas ao dar o salário de educação mais diretamente às escolas, livrando os governos estaduais e municipais de certos gastos, isso pode contribuir para que o piso do professor primário hoje seja aumentado, porque é necessário aumentá-lo. Então, nós não estamos deixando de fazer isso para depois. Nesse um mês e meio já fizemos muita coisa em educação.

Quanto à saúde, da mesma maneira, o ministro Jatene tomou uma medida singela, mas importante. Em primeiro lugar, nós já estamos, praticamente, com o pagamento dos convênios em dia, falta muito pouquinho para pagar em dia. Com a moeda estável, um atraso de trinta dias, é ruim, mas não é dramático, como era quando havia inflação.

Em segundo lugar, o ministro Jatene inverteu um pouco a ordem das coisas. Nós estávamos habituados, desde que eu estava no Ministério da Fazenda e antes, a ver quantidades grandes de pessoas interessadas em educação reclamando que o governo não passa os recursos, na área conveniada. Pois bem, ele fez umas estatísticas e mostrou que há muitos setores que têm interações muito acima da média nacional, e áreas até de estados prósperos. Parece estranho que em estados prósperos os hospitais prósperos atendam mais gente que nos estados que têm maior número de pobreza. E algo suspeito. Enquanto não for esclarecido o que está acontecendo aí, esses hospitais não recebem o dinheiro. Porque é muito fácil re-

clamar muito e não melhorar a gestão do próprio hospital. Não é o governo que tem de melhorar a gestão diretamente, mas ele tem de criar condições para inverter, para ter também aí a qualidade.

Eu diria numa palavra o seguinte: tanto em educação como em saúde, a ênfase vai ser em qualidade, não só em quantidade. Qualidade não se resolve de repente, é um processo também cultural. Portanto, não adianta pedir ao governo que num mês e meio resolva, mas a ênfase mudou. Portanto, nós tomamos medidas nessas áreas também.

Jornalista: (TV Amazonas) Bom-dia, senhor Presidente.

Senhor Presidente, como vai ser a ação do governo federal em parceria com os governos estaduais da região Norte para o desenvolvimento da Amazônia e em especial, como vai ser feita e se vai ser feita a manutenção das vantagens comparativas para a Zona Franca de Manaus?

Presidente: Veja, em primeiro lugar a questão da Amazônia é uma oportunidade muito boa que me dão de falar sobre ela, porque eu me referi em outras oportunidades às prioridades do governo no que diz respeito ao Rio de Janeiro, ao Nordeste, ao Rio Grande, e eu tenho que mencionar que é o que eu penso, a questão amazônica.

“Vamos botar diante do País o que aconteceu com o salário mínimo”

Nós temos todas as condições de mudar, e mudar muito, a nossa visão sobre a Amazônia. Eu tenho estado reunido com os governadores da Amazônia, mais de uma vez, e o pacto fundamental entre eles e deles com o governo da União é o seguinte: se gerou uma imagem sobre a Amazônia de que a Amazônia queria destruir os recursos naturais. Esses governadores todos têm me reafirmado que eles estão absolutamente empenhados na nova filosofia do desenvolvimento sustentado.

Nós vamos fazer uma reunião na Amazônia. Eu, os ministros que têm algo a ver com a Amazônia, e os governadores, para definir quais vão ser as prioridades e as ações do governo na Amazônia. Mas sobretudo nós vamos, e eventualmente até fora do Brasil mais tarde, transmitir essa convicção de que é possível o desenvolvimento sustentável na Amazônia e que o desenvolvimento não pode ser contraditório com a preservação da natureza. Esse é o ponto de vista dos governadores da Amazônia.

Turismo é essencial à Amazônia. Delimitação adequada de terras indígenas também. A definição das áreas de exploração mineral também. Eu tenho o compromisso de levar adiante a Transamazônica, que está em estado lamentável, de fazer o litoral de Tucuruí seguir adiante porque Tucuruí não está beneficiando a Amazônia. Nós temos compromisso de fazer a Cuiabá-Santarém. Já estão sendo feitas estradas de ligação lá para cima, para a Venezuela. Existem problemas importantes a serem resolvidos sobre o óleo do Alto Rio Negro. Existem compromissos de utilização da energia gerada na Venezuela e no Guri, em Guiridant?, para trazer para Boa Vista e para Manaus.

Eu quero saber com os governadores quais são as prioridades e como é que se faz uma cronologia disso, porque os recursos não são abundantes, mas eu não quero decidir daqui. E eu não quero dizer uma coisa que amanhã não cumpra. Então nós vamos ter uma reunião logo, na Amazônia, se possível em março, antes de eu ir aos Estados Unidos em abril, para mostrar esse novo espírito. Vamos apelar aos recursos que existem em abundância na área internacional, mas que só vem se nós deixarmos claro que nós temos essa nova visão na questão amazônica, nós vamos dar um grande impulso ao projeto SIVAM-SI(?), que é um projeto importante, que é do controle do espaço aéreo através do sistema de radares na Amazônia e que isso tem um investimento de mais de R\$ 1 bilhão.

Então, nós temos uma enorme quantidade de temas a discutir e vamos fazer isso tudo, isso tudo não direi, mas vamos definir lá na Amazônia o que fazer.

Mas havia uma questão que específica sobre os incentivos. Isso está na Constituição, isso está na Constituição. Não há proposta, nessa matéria, de alteração. Nós

temos que examinar com muita objetividade o que significa esses incentivos lá, nós temos que re-fazer o BSA, nós vamos designar alguém para o BSA com um critério técnico. Os governadores sabem disso e apóiam. Eu não sou, nunca fui e nem serei partidário da utilização de recursos públicos em termos políticos. Nós vamos pensar a Sudam de novo, como a Sudene, como um órgão efetivo de planejamento regional e nos limites das minhas forças os recursos públicos da Amazônia em consonância com os interesses do povo da Amazônia serão usados sem distorções de tipo política.

E na verdade no que diz respeito à Zona Franca ela gera empregos, continua gerando empregos, eu sei disso, eu conheço, conheço o assunto mais ou menos de perto porque eu o debati no Senado e eu não quero me antecipar, mas certamente uma região como a Amazônia precisa de incentivos para que ela possa continuar crescendo.

Jornalista: (Agência Reuters). Senhor Presidente, vários empresários brasileiros e estrangeiros ficam decepcionados com suas propostas e acham que elas são limitadas demais. Eles gostariam de ver, por exemplo, a plena privatização da Telebrás e da Petrobrás.

O que o sr. acha dessas questões?

Presidente: Isso não são questões, são interesses. Eu tenho que cuidar do interesse nacional. Eles cuidam dos deles. Na verdade nós vamos fazer a privatização de acordo com aquilo que nos parece adequado ao Brasil. Faremos a privatização, precisamos do capital estrangeiro aqui. Nós estamos tirando agora mesmo, da Constituição, as matérias que poderiam ser obstáculos a que haja a privatização.

Agora, a definição do que se privatiza, em que momento, é uma questão de interesse nacional e eu espero que os investidores estrangeiros compreendam isso e ao invés de se queixar ponham o dinheiro aqui porque há muita coisa boa aqui. O setor energético todo está aberto e está necessitando de dinheiro, precisa de US\$ 5,6 bilhões por ano, no mínimo, para evitar um estrangulamento. Nós vamos privatizar a Excelsa, que já está aí na lista de privatização, nós reativamos todo o processo de privatização na parte da petroquímica, que vamos terminar. Nós vamos privatizar a Light, nós colocamos o Banco Meridional na linha de privatização. Não falta oportunidade de privatização.

De modo que eu é que estou um pouco decepcionado com a falta de recursos. Que venham logo.

Jornalista: (O Estado de S. Paulo) - Do Grupo Estado, Itamar Garcez.

Até que o salário mínimo seja reajustado em maio, por força de lei, ou até que o Congresso vote a reforma da Previdência, o salário mínimo continuará em R\$ 70,00? Já existe uma estratégia de governo para evitar o veto ao salário mínimo no Legislativo?

Presidente: Vamos examinar essa questão com muita clareza.

O salário mínimo toda gente sabe que é muito baixo etc. E não há por que negar e nem deixar de ter muito empenho em que ele aumente. O maior empenho nós já tivemos quando fizemos o aumento de R\$ 64,00 para R\$ 70,00 e mantivemos estável. Pegue uma série histórica, ao invés de miar pegue uma série histórica.

Quando é que o salário mínimo se manteve, realmente como ele é hoje, de US\$ 85,00. Hoje R\$ 70,00 corresponde a US\$ 85,00 estáveis, que vem aumentando... de consumo caindo. E o real com relação ao dólar só subindo.

Então o governo está empenhado primeiro é nisso, porque senão você aumenta para 100, e ele vira 90, 50, 60 - ou 60,50 - como sempre foi no passado. Vamos deixar de falar, vamos olhar os números. Vamos botar diante do país o que aconteceu com o salário mínimo historicamente e o que está acontecendo agora. Por que que está acontecendo agora? Porque nós estamos cuidando de que haja capacidade de compra mantida, de que a cesta básica não dispare e que o valor seja, pelo menos, preservado. E com uma valorização do real com relação ao dólar, ele foi para US\$ 85,00, o que há muito tempo não havia.

Isso basta. Isso não basta. Só que o novo passo não pode ser dado em detrimento disso. Se eu der um novo passo e que tenha como consequência, ao invés da manutenção do valor real, a queda do valor real, eu estou fazendo demagogia.

Eu pedi ao Ministério da Previdência que examinasse quais seriam os efeitos das alterações sobre as contas da Previdência. Tome essa irrisória quantia de

R\$ 15,00, irrisória, vergonhosa. Multiplique R\$ 15,00 por 15 milhões, que são os beneficiários disso. Vai dar R\$ 225 milhões por mês. Multiplique por 12, dá R\$ 2,7 bilhões. Essa é a tragédia do Brasil, é que a pobreza é grande, que os que vivem de pouco são muitos. Então quando aumentamos públicos em termos políticos, aumentam muito, isso não altera os grandes números, mas quando não se aumenta quase nada da massa de gente que precisa, isso altera os grandes números.

“Governadores têm pedido que eu não esqueça a parte fiscal”

Essa é a pesada herança social que nós temos, essa tem que acabar, e essa não acaba com um decreto meu; essa acaba com esse conjunto de medidas que nós estamos propondo aqui, para que mude realmente o Brasil, porque senão fica tudo insólvel.

Agora, essas continhas têm que ser feitas, porque se não são feitas, quem diz: “Ah, é só quinze”, se esquece de 15 são R\$ 2,7 bilhões, e se não fornece o recurso para a Previdência pagar os R\$ 2,7 bilhões o governo gira a máquina da inflação, e ao girar a máquina da inflação aqueles quinze vão ser menos 20, e aí quem perdeu foi o assalariado.

Essas coisas elementares têm que ser ditas ao país com toda clareza. Ou vocês acham que se eu pudesse dar R\$ 200,00 de salário mínimo e assinar numa penada, ou R\$ 500,00 eu não daria? Claro que sim.

O Ministro Stephanes está fazendo os cálculos para ver, com responsabilidade, o que pode ser feito. Agora eu até faço um apelo; publiquem os dados e não simplesmente as afirmações. Afirmar é fácil. (??) se me permitem um pequeno latinório. As palavras desaparecem, os números talvez fiquem. E essa a questão. Nós estamos empenhados, esse conjunto de medidas que nós estamos tomando são para poder aumentar o salário mínimo permanentemente e a mais longo prazo. É claro que nós vamos fazer algo agora, mas esse algo eu vou fazer olhando os números porque eu não vou enganar nem aposentado, nem trabalhador, nem ninguém. E vou agir dessa maneira, mas certamente no momento adequado diremos o que é possível. E se me mostram que pode mais eu faço mais.

Ah, eu não estou preocupado com veto não. Acho que o veto, o Congresso, você explicando ao Congresso as coisas com elas são, e dando as medidas; o Congresso vai ficar numa posição... é um novo Congresso. Eu tenho certeza que ele vai dizer... ele tem uma responsabilidade grande também, que é de fazer as reformas, de preservar o valor do real. E eu não terei dúvida, se for o caso, de discutir na televisão, claramente, do que se trata. Todos os sinais que eu tive do Congresso são de que eles entenderam a situação, tenho falado com as lideranças, com os partidos, e vão-me ajudar a aumentar de fato o salário mínimo. O Congresso quer aumentar o salário mínimo e eu também, eles vão-me dar os meios para eu aumentar o salário mínimo, não precisa veto não.

Jornalista: (Diana Fernandes, do Jornal de Brasília).

Presidente, o senador Antônio Carlos Magalhães, um forte aliado do Governo, ele não tem pouca críticas a ministros de seu governo, e até questiona algumas atitudes do senhor, como o veto ao salário mínimo. O senhor considera natural esse tipo de atitude dos aliados, ou acha que deve ser evitado?

E mais uma coisinha: o senhor classificaria como “bufos e arreganhos” essas críticas do senador, aos quais o senhor disse que não cederá?

Presidente: Vou começar pelos “bufos e arreganhos”. Nem passo pela minha cabeça o senador, no momento em que eu falei. Eu estava falando com dirigentes sindicais, e falei em tese, eu sei no jornal, depois, que eu tinha respondido a Antônio Carlos. Infelizmente não respondi nada, porque ele também não me falou nada. De modo que eu não respondi.

Com relação à questão de críticas, porque as críticas num sistema democrático, as críticas são normais, as pessoas podem criticar. Ele não disse, não fez críticas; o que ele disse sobre veto foi

o que eu acabei de dizer, que é preciso fazer alguma coisa. E lógico, ele é político escorado, ele sabe disso, ele sabe que o presidente também acha que precisa fazer alguma coisa.

Agora, você sabe que nós estamos num momento em que sempre se põe um pouquinho de pimenta - não Pimenta da Veiga - mas um pouquinho de pimenta nas frases. Eu estou cansado de ver que eu critiquei fulano e beltrano. Nem passou pela minha cabeça. Outro dia eu vi que o ministro Malan teria negado ao governador Mário Covas, depois que o governador Mário Covas ganhou do ministro Malan. Os fatos não foram assim, o ministro Malan me disse uma coisa normal: “Eu preciso saber, tem inadimplência, porque que tem, se tem, se não tiver eu dou um jeito, vamos ver”. Enfim, é natural, afinal a gente tem, para poder levar, escrever todo dia no jornal precisa ter um pouco mais de sensação, e tal.

Mas a minha referência a “bufos” não foi... nem passou pela minha cabeça. Cada um tem seu temperamento, e o senador Antônio Carlos é senador, se ele fosse ministro não poderia dizer, mas ele é senador, ele tem a opinião dele, e dirá isso ou aquilo. Outros dirão o oposto, e se o Presidente da República for ficar preocupado com isso não governa o Brasil. Vamos respeitar o estilo de cada um, desde que dentro de certos limites e os limites estão aí respeitados, cada um

tem um estilo. Amanhã ou depois, quando começar o Congresso a funcionar, outros dirão outras coisas. Até o Lula cobrou de mim porque que eu não reajo ao Antonio Carlos, eu não sabia... vou chamar o Lula para ser meu assessor.

Jornalista: (Walter Sotomayor, da Notimex) Senhor presidente, eu queria saber quais as dificuldades que estão impedindo, há quase um mês, a concretização da operação de apoio financeiro ao México?

Presidente: Não, não são dificuldades nossas não. Isso é negociação a nível geral, internacional. Não é o Brasil que está dificultando nada.

Eu também quero esclarecer essa matéria aqui, houve muita incompreensão nisso. Houve até já pesquisa para saber se deve ou não deve dar. O governo brasileiro fez isso freqüentemente, fez com Cuba, fez freqüentemente, quando há necessidade, e emprestou, aqui se tratava de um empréstimo, não era de uma dádiva. E alguém disse: “Ah, porque que não faz hospitais e dá dinheiro para os estrangeiros?”. Porque o dinheiro que está lá fora não pode ser um dinheiro usado internamente, porque é a mesma coisa que girar a máquina de inflação (...). Quem diz isso sabe disso, é só para confundir a opinião pública.

Esses recursos estão lá fora, e eu acho importantíssimo, não só que se dê apoio ao México, mas

que haja um sistema internacional de apoio recíproco. Porquê? Porque o mundo hoje é interligado, a economia globalizada, tem um sistema de informática muito rápido, de computadores, pode haver uma onda de especulação e pode vitimar um país hoje e outro amanhã, e o sistema internacional tem que se proteger. Quer dizer, ao tomar uma decisão desse tipo, o Brasil está também pensando no conjunto dos países, inclusive nele próprio. E uma coisa normal, e esse recurso é um recurso que fica emprestado, à disposição, no caso, do México, com a taxa de juro internacional, aliás talvez levemente mais alta do que nós recebemos normalmente. Não há nenhuma perda para o Brasil e é bom para o México e é bom para o mundo todo.

Agora, você sabe que as negociações internacionais são complicadas, e não é o Brasil que está complicando não, são outros países. Mas nós achamos que o México tenha condições de superar sua crise, que é momentânea, o Brasil, até como disse o presidente Sarney, pela Constituição, é obrigado a ter solidariedade latino-americana, no caso o México é um país latino-americano. Essa solidariedade não custará um tostão ao povo brasileiro, porque as reservas estão lá, e serão apenas deslocadas, formalmente, de um local para outro, até com uma taxa de juro equivalente, no mínimo ao que já está rendendo.

(Continua na página seguinte)